

# O feriado da padroeira

» OTÁVIO SANTANA DO RÊGO BARROS  
General de Divisão RI



Aquele 12 de outubro de 1977 transcorria normalmente. O ambiente se nublava pelas lutas do poder, mas era momento de orar à padroeira do Brasil. O general Hugo Abreu, chefe da Casa Militar, liga para o general Sylvio Frota, ministro do Exército, e informa que o presidente da República solicita sua presença na Alvorada. O general Frota acreditava que a conversa trataria do relatório de inteligência do III Exército, assinado pelo general Fernando Bethlem.

Equívocou-se. O general Geisel iria exonerá-lo. A incompatibilidade de ideias ultrapassara o relacionamento castrense. O presidente desejava fortalecer o retorno à normalidade democrática do país. Os pilares da hierarquia e da disciplina conformaram a decisão costurada pelo general Geisel. O Alto-Comando apoiara o comandante Supremo. O general Sylvio Frota saía de cena.

O envolvimento militar na política vem da Proclamação da República. Fortaleceu-se com o tenentismo, com Vargas em 30, com a intenciona comunista em 35, com o estado novo em 37, com a FEB em 45, com a morte de Vargas, com o legalismo de Lott, com a renúncia de Jânio Quadros, com o sindicalismo de João Goulart, com a quebra da disciplina pelo almirante do povo. O apogeu veio com o movimento que envolveu civis, militares, imprensa, políticos e outros atores do prosclênio nacional em março de 1964.

O comunismo precisava ser derrotado. Havia outras bandeiras: abertura diplomática e econômica ao estrangeiro, o regime de semiliberdade concedido às empresas privadas, a confiança na democracia e a opção por tutelá-la provisoriamente (*A política nos quartéis*, Maud Chirio, Zahar). Sob o marechal Castelo Branco, a revolução buscava a concertação entre seus patrocinadores civis e militares. O herói de guerra era um intelectual de espírito institucional e civilista.

A transferência de posto deu-se ao marechal Costa e Silva, mais alinhado com os princípios revolucionários. O ato fugiu ao plano do marechal Castelo Branco de logo retornar o cetro ao poder civil. A doença do marechal Costa e Silva acelerou o choque entre grupos que se assumiram tutores da revolução. A escolha do sucessor alçou o general Emílio Médici ao comando do país.

Vivia-se uma crescida tensão política, caracterizada pela eclosão de grupos guerrilheiros urbanos e rurais, com ações armadas contra o regime. O presidente Médici expandiu o papel dos órgãos de inteligência nesse enfrentamento. A história esclarecerá as motivações e os excessos cometidos pelos grupos em confrontação. “Verdades nunca são conclusivas e estão continuamente sofrendo revisões radicais pela pesquisa existente.” (Hannah Arendt).

O herdeiro do presidente Médici foi ungido pelo próprio chefe de governo. O general Ernesto Geisel estava na reserva, tinha experiência política, além de conhecimento de gestão corporativa por dirigir a Petrobras. Avançava-se no pensamento defendido pela Sorbonne brasileira. A doutrina foi edificada por assimilação na Escola Superior de Guerra, crisol de militares que assumiram funções políticas desde 1950.

O grupo do marechal Castelo Branco ressurgiu pela liderança do general Geisel, auxiliado por assessores alinhados com a postura castelista de pronta normalidade democrática. Levar-se-ia oito anos (a contar do ocaso do general Frota) e mais um presidente, o general João Figueiredo, até a eleição indireta do presidente Tancredo Neves.

Desde então, há uma busca constante de profissionalizar as Forças Armadas, ao tempo em que camadas foram inseridas entre o nível operacional e o nível político. Hoje, retomou-se uma discussão sobre a presença de militares em atividades não vinculadas aos quartéis, em um paralelismo com os anos 1964-1985. É inadequada a tentativa de trazer os reflexos daquele período, e as emoções geradas, para o ambiente político de momento.

Os formadores de opinião precisam avaliar a justeza das análises. Os cenários são distintos e não refletem a pós-revolução. Tampouco se percebe a energia que exsuda das lideranças, amalgamadas em meio século de política “salvadora”. E mais: os presidentes sempre foram gerais. Os atores da política contemporânea não devem justificar suas ações com base em uma confrontação ideológica mundial inexistente. Se o fazem, é por fragilidade de formação intelectual.

Eles não encontram respaldo institucional no estamento militar. O custo do autoritarismo foi dimensionado. Não têm consistência doutrinária orientada por um Think Tank reconhecido. Sustentam-se pelo confronto eleitoral, que não denota similaridade à estrutura intelectual e política dos revolucionários do passado. Portanto, elucubrar um envolvimento geral de militares em desvios de postura institucionais, ofende os que lutam pelo fortalecimento do profissionalismo nas Forças Armadas. Atalhos de caráter individual existem. Seus portadores devem despir-se do escudo que a farda proporciona, seguindo apenas com o estofado pessoal. A essa postura, conhecemos como coragem moral!

Paz e bem!

## A alegria de visitar o Brasil

» BERTA NUNES  
Secretária de Estado das Comunidades Portuguesas

Se uma ida ao Brasil é sempre uma enorme alegria (palavra tão justamente aplicada a esse país), fazê-lo enquanto secretária de Estado das Comunidades Portuguesas, como acontece nesta semana, constitui uma alegria muito particular. O Brasil representa um caso exemplar no contexto da presença das comunidades portuguesas pelo mundo: pela sua dimensão, de cerca de um milhão de cidadãos, que a coloca entre as três comunidades mais numerosas, e pela sua qualidade, de excepcional integração na sociedade de acolhimento — revelada num reconhecimento de igualdade entre brasileiros e portugueses que se estende da Constituição às gentes — e de renovação geracional, que simultaneamente traz sangue novo e acrescenta valor a áreas tão decisivas para um país como a cultura ou a economia.

A par da história comum e da língua portuguesa que nos une — esse tesouro e poderoso instrumento de futuro que partilhámos —, a comunidade portuguesa no Brasil e a comunidade brasileira em Portugal são a mais importante ponte entre os dois países, todos os dias renovada e fortalecida.

Os cidadãos brasileiros constituem, note-se, a principal comunidade estrangeira a residir em Portugal, com estimativas que oscilam entre 300 mil e 400 mil pessoas. Os fluxos migratórios são hoje tão intensos que não devemos, aliás, falar de emigração ou imigração, mas antes de mobilidade entre Portugal e Brasil, com quadros cada vez mais qualificados a procurarem oportunidades de trabalho e a iniciarem ambiciosos proje-

tos de vida, de um ou de outro lado do Atlântico.

Esses fluxos representam hoje o momento presente de uma longa história protagonizada por mulheres e homens cuja coragem, perseverança e capacidade de superação merecem a nossa justa homenagem e deixam uma marca profunda nos dois países. Recordo, a esse respeito, que a Travessia do Atlântico Sul por Gago Coutinho e Sacadura Cabral, por ocasião do primeiro centenário da independência do Brasil, em 1922, só foi possível porque a comunidade portuguesa no Brasil se mobilizou e, por subscrição pública, financiou essa intrépida expedição.

É na esteira dessa herança e da importância atual das relações entre Portugal e Brasil, traduzidas na presença das respetivas comunidades num e noutro país, que formalizaremos, no próximo dia 15, a criação da rede Portugal Saúde, uma rede de hospitais beneficentes portugueses no Brasil.

Essas instituições, muitas delas centenárias, provaram ser resilientes e registaram uma evolução meritória, tornando-se entidades de referência em termos de cuidados de saúde nas suas regiões de atuação.

Por meio da criação da rede Portugal Saúde, com grande abrangência geográfica no Brasil, pretendemos incentivar a cooperação entre as diversas entidades envolvidas, tendo em vista a identificação de sinergias, uma aquisição de escala e visibilidade conjunta, tanto junto do público consumidor quanto de interlocutores institucionais. A criação desta rede representará um marco e uma contribui-

ção de um Portugal moderno, competitivo e tecnologicamente avançado.

Este marco será um dos pontos mais importantes da minha visita, durante a qual terei oportunidade de visitar alguns dos postos consulares no país onde temos a maior rede consular portuguesa no mundo, com 10 postos consulares de carreira. A esta acresce a rede de 25 consulados honorários que, com atuação em 15 estados federados brasileiros, complementam a assistência às nossas comunidades, com proximidade e dedicação.

Cumpra aqui assinalar o enorme investimento que tem vindo a ser feito na desmaterialização dos atos consulares e na proximidade dos serviços com os utentes, incluindo, por exemplo, a possibilidade de envio do Cartão do Cidadão para o domicílio. Continuamos comprometidos e a trabalhar para a crescente modernização e adaptação dos serviços às necessidades dos utentes.

Também ao nível das instalações físicas tivemos, rapidamente, de nos adaptar à necessidade de garantir a segurança e saúde tanto dos funcionários como dos utentes, em tempos de covid-19. É verdade que a pandemia condicionou o funcionamento dos serviços. Mas, num esforço e dedicação das várias equipas, que não posso deixar de louvar, foi sempre assegurado o atendimento prioritário e urgente.

Todos estes são motivos que ajudam a explicar, em linhas gerais, a grande alegria de visitar o Brasil e as comunidades portuguesas que aí residem e que aí encontrarei.

### Visto, lido e ouvido

DESDE 1960

Circe Cunha (interina) // [circecunha.df@dabr.com.br](mailto:circecunha.df@dabr.com.br)

## A bruxaria dos marqueteiros políticos

Capazes de transformar água em óleo e de fazer um jumento subir a rampa do palácio com faixa verde e amarela, os grandes marqueteiros do país ganharam fama internacional depois da redemocratização do Brasil, tanto pela expertise nas artes ilusórias das campanhas quanto pela capacidade de contornar quaisquer fronteiras da ética profissional, sendo, por isso, requisitados por nove em cada 10 mandatários da América Latina.

Lá, como aqui, o vale tudo e as práticas desonestas são permitidas, quando está em jogo a eleição ou reeleição desses típicos governos. O nosso país passou, então, a exportar o jeitinho brasileiro de fazer campanha política, ensinando, lá fora, as melhores e mais ardilosas maneiras de esticar a corda e vender gato por lebre. Com isso, não tardou também o aparecimento de grandes escândalos políticos, tal como ocorria no Brasil, envolvendo esses profissionais da mídia, seguindo os mesmos esquemas montados aqui e que rendiam uma enxurrada de votos a seus clientes.

A receita era simples: grandes empresas, cooptadas pelos governos, em troca de obras públicas superfaturadas, bancavam tudo, até mesmo os gastos mais inusitados, em troca de outros bilhões que viriam, indiretamente, dos próprios eleitores ludibriados. Eram tão parecidas as práticas criminosas que até uma grande empresa brasileira, que recentemente mudou de nome para não prejudicar seus negócios e esteve envolvida até ao pescoço com a Operação Lava-Jato, era usada para entrar de sócia no estelionato eleitoral.

Dinheiro sujo, por inércia, só pode eleger candidatos também sujos, dispostos a vender a mãe para galgar o poder. Não surpreende que, nos últimos anos, tanto o Brasil quanto muitos países vizinhos tiveram a má sorte de eleger presidentes, que, para dizer o mínimo, deveriam exercer o cargo diretamente dos presídios.

O mal que esses profissionais da propaganda política fizeram ao país e ao continente, enganando eleitores, enfraquecendo as democracias e levando muitas nações vizinhas ao colapso político, social e econômico, por certo, não poderá ser esquecido, compondo hoje uma das páginas mais sombrias e desonrosas da história dos nossos tristes trópicos.

Ao contrário do que se sucedeu no Brasil, onde nossa jabuticaba, representada pela Justiça Eleitoral, criada para aliviar e vetar quaisquer penalidades aos políticos locais, em parte da América Latina, alguns tribunais cuidaram de processar e punir os candidatos fabricados pelos mágicos da propaganda, bem como seus financiadores, inclusive, a grande empresa brasileira onipresente em boa parte dessas tramações.

Por essas bandas, os mesmos candidatos, useiros e vezeiros dessas práticas corvidas, estão aí de volta, leves e soltos. Com a facha corrida ou, como se diz no jargão policial, com a capivara limpa. Surpreende que, com toda essa engenhosidade, esses marqueteiros milagrosos não lograram alcançar o que seria mais simples que é devolver aos partidos e a seus candidatos a tão necessária credibilidade. Pelo contrário, o uso desmedido de propaganda enganosa nas campanhas, difamando e injuriando adversários, obteve como resultado apenas um maior afastamento dos eleitores e um descrédito total com relação aos políticos.

Essa crise de identidade entre os partidos e os eleitores persiste apesar dos bilhões de reais gastos em propaganda. O que parece é que, quanto mais os partidos gastam em propagandas, mais os eleitores se mostram resabiados e ariscos. Não se pode iludir por muito tempo a opinião pública. Um dia os fatos podem vir à tona e tudo desmoronar para sempre.

É sabido que políticos, assim como todo o homem público, uma vez caídos em desgraça perante a população, apanhados em falcatruas e outras travessuras, dificilmente voltam a recuperar a antiga credibilidade. Para a maioria das mais de três dezenas de legendas políticas que orbita de modo parasita em torno do Poder Legislativo, não houve, até hoje, mandingas e outros feitiços, elaborados por esses bruxos do marketing capazes de reaproximarem a população dessas agremiações e, principalmente, desses políticos, que fazem da representação popular um negócio polpudo para si e para os seus.

A situação chegou a um tal paroxismo que, quanto mais dinheiro entra nos partidos e nos bolsos dos seus caciques, mais a população toma distância dessa gente. A verdade é que, para muitos desses atuais caciques políticos, pouco importa o que a população e os eleitores pensam e sentem com relação a eles. Desde que consentam que os partidos aumentem, a cada eleição, os recursos para fundos partidários e eleitorais e para as emendas de bancada, individuais e de relatores e outros benefícios, pouco importa o que a justiça eleitoral denomina de eleitores.

Ocorre que esse toque de Midas, capaz de transformar tudo em ouro, inclusive a dignidade, nas mãos dos políticos vai se transformando numa espécie de maldição, fazendo com que tudo o que eles toquem se transforme em ouro de tolo, cheio de ferrugem e veneno, afastando, imediatamente, todos os cidadãos de bem.

### »»A frase que foi pronunciada

“Pelo andar da carruagem, o isolamento político de Guedes é um excelente sinal”  
Dona Dita

### »»História de Brasília

Há um ano, aproximadamente, falamos na numeração das quadras da W-3, e houve a promessa de que isto seria feito. Chegou-se a fazer um estudo procurando corrigir anormalidades, que tiveram resultados excelentes.

(Publicada em 10/2/1962)